Brasília, MEC: CNE/CP, 2002

_____. **Lei nº 10.436** de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002a

_____. **Portaria nº 2.678** de 2002. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SECADI, 2002b

_____. **Decreto nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004

_____. **Decreto nº 5.626** de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24.04.02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19.12.00 Brasília, 2004a

_____. **Educação Especial em Números**. Brasília: MEC/SESP, 2005

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos Declaração**. Brasília:

UNESCO, 2006

_____. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas do PDE. Brasília, 2007

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC/SECADI, 2008

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30.03.07. Brasília, 2009

_____. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, MEC/CNE/CEB, 2009a

_____. **Projeto de Lei nº de 2010**. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012

_____. **Portal do MEC**. Brasília, MEC. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

Acesso em: 05.01.06.

_____. SEESP. **Secretaria de Educação Especial**. Ministério de Educação. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 19.11.07

FERREIRA, Júlio Romero. Educação Especial, inclusão e política educacional: brasileiras. In: RODRIGUES, Davi. (Org.). **Inclusão e Educação**: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006

MAZZOTTA. M. J. S.. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas.

Editora Cortez, São Paulo, 2005.

Os desafios do ensino à distância e os avanços tecnológicos na educaçâo

Maria Donizete Ferreira De Medeiros

RESUMO

Este trabalho aponta questões sobre a modalidade EAD na área de ensino, destaca possibilidades e por outro lado, erros a serem evitados para que se possa garantir uma ação educativa de qualidade, mediada pelas tecnologias digitais contemporâneas

O trabalho em questão justifica-se uma vez que constituem elementos que despertam sentidos e criação para a formação de professores. A sociedade, assim como a escola, está acostumada a encará-la somente dentro da sala de aula ou em museus, sendo que a modalidade EAD pode aumentar seu potencial de transmissão de informações. Este estudo tem por objetivo apresentar diferentes ferramentas de comunicação e interação disponíveis na web e podem ser utilizadas no contexto educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Alunos. Tecnologias Digitais.EAD.

INTRODUÇÃO

Não há dúvida de que com o advento das avançadas tecnologias de interação on-line ampliaram-se extraordinariamente as possibilidades em Educação à Distância.

Vive-se uma cibercultura em pleno desenvolvimento (Levy, 2005) que se ampliou ao ponto desta modalidade de ensino, antes tida como um primo pobre do ensino presencial, tomar o papel de protagonista em um novo cenário internacional no campo da educação. Morran, Masseto & Behens (2000) abordaram a necessidade de se trabalhar de forma mais específica, utilizando mediações a partir das novas tecnologias. Assim os professores devem trabalhar com uma abordagem didática diferenciada, estribada numa inter-relação síncrona e assíncrona que se dá através de mediações pedagógicas por meio de novas tecnologias de comunicação e informação (NTIC) em uma proposta atualizada que vise desta forma favorecer o desenvolvimento humano.

Não se pode utilizar o mesmo método didático para a manipulação de novos meios, deve-se adaptá-lo aos novos recursos, aproveitando-se da ampliação das possibilidades educacionais. A EAD, que antes utilizava somente material impresso e correio, hoje possui novas e modernas possibilidades: correio eletrônico, computadores, redes, vídeos digitais, CD-ROM, DVDs, além da interação em tempo real por meio da telemática. Peters (2003) destaca a história da EAD e sua didática para atingir índices de qualidade, o que possibilita analisar de forma mais clara as implicações da educação midiatizada no cenário contemporâneo. Fala-se agora em Educação à Distância.

Existem sociedades organizadas em diversas localidades do mundo que vêm pesquisando e utilizando as novas tecnologias para implementação da ação educativa. A Espanha, por exemplo, possui uma Universidade de Educação à Distância com amplo sucesso nos EUA e na Inglaterra. O e-Lerning possibilita o acesso de milhares de pessoas à educação continuada. No Brasil a legislação mais atualizada (Silva, 2003) tem dado ênfase à possibilidade da EAD, inclusive com a criação de uma Secretaria Nacional de Educação à Distância.

Alava (2002) aponta a experiência em EAD em cursos de doutorado realizados pela universidade de Quebec no Canadá abrindo reflexões importantes sobre a questão do ensino na pós-graduação, midiatizado pelas novas tecnologias, o que já é uma realidade de sucesso.

O Open University na Inglaterra possui 150 mil estudantes e representa internacionalmente uma avançada e bem-sucedida experiência nessa área, servindo de modelo para ações didáticas em EAD. A Universidade da África do Sul demonstrou por outro lado a importância de ação didática à distância em meio adverso social e culturalmente. A Alemanha por sua vez se destaca pelo ensino fundado na pesquisa e pela ampliação de ações educacionais à distância em pós-graduação (Peters, 2003).

Educadores que pesquisam a didática do Ensino à Distância midiatizado discutem modelos que colaboram para melhorar a qualidade desse processo em busca de um equilíbrio entre o uso de tecnologia e a interação humana (Silva, 2000). Na Espanha Duart & Sangrá (2000) apresentam um modelo de ação em EAD denominado de "integrador".

Para realizar este trabalho considerou-se o contexto instável contemporâneo que repleto de rupturas paradigmáticas que exigem constantemente reinvenções das práticas de ver e pensar tanto como estudante como professor. Percebe-se que o que construímos teoricamente é provisório e mutável. O contexto atual nos faz refletir sobre novas limitações e nos instiga a explorar novos modos de pensar o ensino da arte e até mesmo da educação.

A partir dessas considerações, elaborei a estrutura desse estudo no sentido de orientar as etapas de desenvolvimento do tema assim como aprofundar os conteúdos com a finalidade de alcançar os objetivos aqui estabelecidos refletindo acerca da formação do professor no Brasil.

Os impactos da tecnologia na cultura contemporânea e a assimilação progressiva dos equipamentos tecnológicos pela arte ressaltando a importância de se buscar reflexões sobre mudanças de paradigmas estéticos provocados pelas manifestações artísticas que se utilizam de tecnologias ao longo da história.

Através do conceito de interação é abordado em diversas teorias e por diferentes autores com distintos enfoques e sugestões de ações didáticas e avaliação na modalidade EAD. Após a leitura de livros e textos que explicavam sobre como proceder a uma pesquisa, optei pela pesquisa de cunho bibliográfico, baseando-me em artigos científicos e livros buscando informações e comprovações do assunto abordado para buscar discutir e apresentar a importância do ensino na modalidade EAD na área de ensino.

A essência deste trabalho é a urgência nos tempos atuais de percebermos a existência de possibilidades no ciberespaço, de termos acesso a obras de arte digitais, essas que agem dialogicamente com a sociedade, indicando mudanças substanciais no imaginário coletivo.

Por fim as considerações finais retomam o percurso trilhado neste trabalho na tentativa de responder às questões iniciais, apontando possibilidades e perspectivas sobre os problemas levantados.

DESENVOLVIMENTO

A formação do professor no brasil

Com o objetivo de apresentar um delineamento da formação dos professores de arte no Brasil destacando aspectos considerados relevantes dos processos de escolarização básica que começaram a ganhar expansão, exigindo do Governo Federal medidas emergenciais na formação de profissionais na área de artes.

Apontar-se-ão aspectos das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN no que tange à formação do professor de arte bem como recorrer-se-á às políticas públicas que influenciam todo esse contexto.

Por fim buscar-se-á o perfil exigido dos professores de arte frente às novas vertentes do ensino de arte na contemporaneidade.

Gatti e Barreto (2009) destacam que os investimentos públicos no Ensino Fundamental cresceram e a demanda por professores aumentou na década de 1960. Cursos rápidos de formação, de caráter emergencial e a contratação de professores leigos foram algumas das providências tomadas na época, acarretando desafios para as políticas públicas educacionais.

Como toda história de um país em desenvolvimento é escrita por muitas mãos, a história da formação dos professores de arte não foi diferente. No contexto das reformas educacionais da década de 1970, não havia curso para formação de professores de artes nas universidades brasileiras Assim em 1973 o governo lançou as chamadas licenciaturas curtas que formavam professores em dois anos, aptos a lecionar no Ensino Fundamental.

Apesar de considerar a arte como disciplina obrigatória, o Parecer n° 540/77 que fundamenta a Lei 5692/71, apresenta-a com contornos indefinidos, valorizando o "processo" de trabalho e a livre expressão, ao mesmo tempo em que se exige um planejamento detalhado dos cursos. (FERRAZ e FUZARI, 1993).

Concomitante a tudo isso as escolinhas de arte do Brasil, espaços informais de formação, adotavam uma metodologia que visava ao desenvolvimento da Educação por meio do ensino EAD.

. Essas escolinhas ofereciam cursos intensivos, atendendo a demanda da disciplina recém criada, preparando o professor para lecionar nos anos iniciais a disciplina de artes. Para atuar a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, entretanto era necessária uma licenciatura curta ou plena dentro da universidade, atendendo à exigência da LDB 5692/71 que foi uma reformulação da LDB 4024/61 e esta por sua vez tornava o ensino da arte obrigatório nos diversos níveis da educação básica.

Entre todo esse fervilhamento de novas propostas na educação brasileira, a ironia estava instaurada no país de regime ditatorial desde 1964, o qual promulgava a lei da obrigatoriedade do ensino da arte nas escolas, mas por outro lado censurava e reprimia as expressões artísticas nas ruas.

Durante os anos de ditadura no Brasil os únicos suspiros democráticos no ensino de arte, segundo Barbosa (2004) foram os festivais, especialmente os de Ouro Preto (MG) nos quais professores, estudantes, artesãos locais e o povo em geral podiam interagir.

Através desses festivais os universitários de arte tinham contato com a arte e com a cultura popular. Essas interações ao chegar à Universidade configurou a necessidade de respeito à produção artística de todas as classes sociais.

Biasoli (1999) destaca a década de 1980 como a década da crítica da educação imposta pela ditadura militar, marco do "Início de várias associações, congressos, seminários, simpósios - nacionais e internacionais - sobre arte, ensino de arte, e história da arte, para discutir, propor renovações e inovações na área". (BIASOLI, 1999, p. 76).]

Porém a obrigatoriedade da disciplina na escola não impôs até os dias de hoje que as instituições contratassem profissionais licenciados na área de arte, acarretando um déficit na qualidade do ensino de arte, corrompendo ainda mais um sistema educacional que carece de profissionais integralmente formados.

A proposta de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN para o ensino da arte no Brasil foi com o intuito de sistematizar e quase padronizar os currículos, algo que num país como o Brasil, repleto de diversidade cultural e, extenso, foi alvo de severas críticas. Entretanto a polivalência não foi sanada por meio deste documento.

Embora quando em 1996/97 reuniram-se pesquisadores para redigi-lo, pensaram nos interlocutores e no perfil de professores e refletiram sobre: "Como escrever um documento governamental crítico e atualizado para um profissional de educação que se quer participativo e livre, competente e responsável para edificar seus projetos educativos e curriculares?" (IAVELBERG, 2003, p. 33).

Poucas escolas se comprometem a ter em seu quadro de professores, quatro profissionais que atuassem cada qual na sua área específica. A mobilização recente sobre a reiteração da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica é mais uma forma de oportunizar que os profissionais específicos da área de música atuem dentro da sua área. (GATTI e BARRETO, 2009, p. 80).

Segundo Barbosa (1991) ainda havia na década de 1990 entre os 78 cursos de Licenciatura em Educação História e Educação Artística nas faculdades e universidades brasileiras, muitos cursos de licenciatura curta que em apenas dois anos habilitavam o professor para atuar nas quatro linguagens artísticas, ou seja, artes plásticas, música, teatro e dança.

Nesta mesma década de 1990 com a promulgação da LDB 9394/96 surgem novos paradigmas para a educação. A arte e a cultura passam a ser um fator determinante nas escolas.

A observação dos métodos de aprendizagem dos alunos e suas estratégias individuais nos contextos sócio - educativos também são contemplados pela Lei. As orientações didáticas passam a considerar os métodos de aprendizagem de saberes de diferentes naturezas que são utilizados para estruturar as experiências de aprendizagem significativa. (IAVELBERG, 2003).

Segundo Iavelberg (2003, p. 35), "[...] a didática passa a ser disciplina fundamental nos projetos de formação contínua de professores com questões como organização do currículo por projetos de trabalho, avaliação como forma de aprendizagem". A seleção de conteúdos voltados a temas transversais como cidadania, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, novas mídias e tecnologias na escola também são propostos pelos PCN.

Sabemos que não é por falta de equipamentos nas escolas bem como percebe-se que muitos professores já estão incluídos digitalmente, a causa pode ser a falta de uma integral inclusão das tecnologias digitais às práticas pedagógicas. Por que não há diálogo entre as novas abordagens apresentadas em pesquisas científicas e a sala de aula? Poucos são os cursos de atualização que efetivamente aproximam e dialogam sobre as possibilidades de aproximação nesse campo.

A exemplo disso destaca-se o projeto de Mídias na educação do Governo Federal em nível de especialização a distância em parceria com as universidades federais, o qual já formou um número significativo de professores para atuar na escola, entre esses muitos professores de História Gatti e Barreto (2009, p. 34) destacam que 14,5% dos ocupantes das funções docentes atuais do Fundamental II ainda estão sem preparação em nível superior sendo esse número mais concentrado na região Nordeste do país.

Nesses termos é percebido novamente que a categoria precisa se adequar às exigências da Lei Federal em relação entre a demanda e a formação como aconteceu na década de 1970 com os professores de arte. Segundo as autoras há que se considerar que a elevação das exigências de formação de todos os professores da educação básica para o nível superior determinada pela legislação nacional demonstra que grande esforço tem sido feito por parte de diferentes instâncias não só para preparar os novos profissionais que deverão prover as futuras necessidades do setor como também para elevar o patamar de formação dos professores em serviço.

FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA

O fato é que o conhecimento está espalhado pelo ciberespaço. Cabe ao professor fundamentar os conceitos necessários para que o aluno possa aprender a "nadar" em meio ao dilúvio de informações que lhes são disponíveis e ainda devem ser estimulados a compartilhar e construir o conhecimento de forma conjunta.

Esse é o argumento defendido por Carlos Nepomuceno, professor e consultor de planejamento estratégico de informação, em entrevista ao Conexão Professor: "Os professores têm que começar a criar mecanismos de construção conjunta. Eles e os alunos vão criar um conteúdo e interpretá-lo. Os alunos têm que sair da escola com os conceitos fundamentais apreendidos para entender onde as informações se encaixam". (NEPOMUCENO, 2009).

A grande questão é como o educador e também o educando devem lidar com as novas ferramentas disponíveis na contemporaneidade.

A tecnologia não subestima nem o educador nem o educando, apenas modifica as relações entre os mesmos propiciando um novo ambiente de compartilhamento de conhecimento em que o domínio sobre a máquina e sobre o ciberespaço se faz imprescindível.

> Se o professor do século passado era importante, o deste século é essencial para que estas gerações possam se desenvolver plenamente, mas dominando a máquina, dominando o ciberespaço e conscientes de que o ato de ensinar e aprender são fundamentais para usufruirmos desta fantástica tecnologia e deste momento ímpar da humanidade em que as fronteiras do pensamento inexistem. (ALAM, 2010)

2.1. TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E O ENSINO EAD

Conforme Pimentel e Callegaro (2007) o ensino tem acompanhado a evolução do sistema educacional formal e não formal, principalmente com a expansão da Educação à Distância e das chamadas tecnologias contemporâneas, entendidas como os processos de informatização acarretados pelo uso de computadores e principalmente pela rede mundial (www).

O ciberespaço – dimensão virtual da realidade na qual seres humanos, máquinas e programas computacionais interagem – tornou-se um dos meios mais utilizados para disseminação do conhecimento no que Laurel (apud CALLEGARO, 2007) define como diálogo coletivo, estabelecido através de recursos como salas de bate-papo, fóruns de discussão, e-mail e outras ferramentas que potencializam a interação na dimensão virtual-real.

Nesse sentido os ambientes virtuais de aprendizagem, comumente chamados de AVA, representam a terceira geração de EAD que busca novas práticas pedagógicas associadas ao uso de dispositivos tecnológicos contemporâneos com o objetivo de atender a uma demanda por formação continuada de professores e estudantes. Para Maio (2007, p. 06): "[...] os AVA são lugares de aprendizagem que privilegiam a construção de conhecimento, a interatividade, a intersubjetividade, a autonomia dos aprendizes e o alcance de uma consciência crítica dos indivíduos"

O ensino na internet contrapõe uma antiga ideia de que a mesma está ligada exclusivamente à prática presencial, fato que desconsidera o potencial das atuais tecnologias que colocam os estudantes em contato com o fluxo de informações de forma rápida e eficaz ao promover uma verdadeira rede de comunicação entre professores e estudantes de diferentes camadas sociais (IAVELBERG, 2003) e favorecer a compreensão da pluralidade artístico-cultural através de uma aprendizagem significativa nos espaços virtuais.

2.2. A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

Atualmente a educação na modalidade à distância é beneficiada e impulsionada por transformações produzidas pelas TIC e pela internet que causaram impactos sociais, econômicos, culturais e educacionais.

Segundo Saraiva (1996, p. 27), "desde a década de 20 o Brasil vem construindo sua história de EAD". O desenvolvimento da educação à distância no Brasil é assinalado pelo aparecimento e difusão dos meios de comunicação, atravessando a "etapa do ensino por correspondência, passamos pela transmissão radiofônica e depois televisiva, utilizamos a informática até os atuais processos de utilização conjugada de meios – a telemática e a multimídia." (SARAIVA, 1996, p. 19).

Merece ser ressaltado o período atual segundo Castell (1999, p. 67) caracterizado por um "novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação", integrando o mundo em redes globais em que a apropriação de conhecimento é um dos seus traços marcantes. O aumento da demanda pelo conhecimento gerou um crescente interesse dos especialistas da educação e dos governos na utilização das tecnologias digitais voltadas para novos modos de ensinar e aprender.

Estimulada pelas mídias digitais e internet que ajudam a vencer as barreiras do espaço e do tempo, a EAD se desenvolve em todos os níveis na educação formal e não formal de modo quantitativo e qualitativo em todos os continentes. Aponta Peters (2004, p. 29) que a educação a distância é uma modalidade que "se tornará uma parte indispensável de toda a educação superior na maioria das universidades de todo mundo" e também que o custo-benefício seria decisivo neste processo de modo especial nos países em desenvolvimento.

Essa modalidade é regulada, no Brasil por uma legislação específica oficializada em 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em que o art. 80 diz: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância em todos os níveis e modalidades de ensino [...] § 1º A educação à distância organizada com abertura e regime especiais [...]". A esse respeito Moran (2002, p. 1) argumenta: "Na expressão 'ensino à distância', a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra 'educação' que é mais abrangente [...]."

Os espaços na internet utilizados pelos cursos on-line, chamados ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), softwares desenvolvidos baseados em pressupostos pedagógicos ou plataformas de EAD, possibilitam organizar cursos e disciplinas, administrar conteúdos e promover a interação entre todos os participantes. Santos (2003, p. 225) entende que o ambiente virtual de aprendizagem "é um espaço fecundo de significação onde seres humanos e objetos técnicos interagem, potencializando assim a construção de conhecimentos logo a aprendizagem".

As condições favoráveis de acesso e difusão de conhecimento facilitadas tanto pelas TICs como pela implementação de políticas para a educação superior que estimulam a educação à distância viabilizam pelo menos dois dos cinco princípios básicos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Superior:

1) a expansão da oferta de vagas para educação superior; 2) a garantia de qualidade e que seja acessível às regiões mais remotas do País. (BRASIL, 2007b).

Para fomentar a EAD nas instituições públicas de ensino superior e amparar pesquisas em inovações metodológicas de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação foi instituído pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, um sistema integrado por universidades públicas, Universidade Aberta do Brasil – Sistema UAB – para oferecer cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária pública de qualidade por meio do uso da metodologia da educação à distância.

O Sistema UAB promove articulação, estimula e efetiva parcerias com universidades públicas e demais organizações interessadas nos níveis federal, estadual e municipal para implementar e realizar cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. A prioridade é atender os professores em locais distantes e isolados que atuam na educação básica da rede pública, visando fortalecer a escola no interior do país e minimizar a concentração de cursos de graduação ofertados nos centros urbanos.

Cabe destacar que o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior, representados por uma comissão designada para discutir e propor diretrizes para programas e cursos de Educação Superior – EAD, desenvolveram estudos e debates sobre o tema e tiveram Parecer homologado em 10 de março de 2016. O Parecer estrutura-se em duas seções. A primeira diz respeito ao Relatório que dentre outras coisas apresenta metodologias em EAD e suas múltiplas combinações, os profissionais vinculados à EAD, ressaltando os profissionais da educação, professores, tutores, gestores, estudantes; material didático-pedagógico, sistemas de comunicação, condições e exigências para o regime de colaboração entre as Instituições de Ensino Superior (IES).

A segunda seção trata especificamente das Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade à Distância, base para as políticas e processos de avaliação bem como para a regulação dos cursos e das instituições de educação superior (IES) no âmbito dos sistemas de educação direcionada a garantir a expansão e o padrão de qualidade para a educação superior para essa modalidade.

O Ministério da Educação homologou a Resolução nº 1 de 11 de março de 2016 das Diretrizes e Normas que respeitam o atendimento às políticas educacionais vigentes, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e aos padrões e Referenciais de Qualidade (publicado em 2003(revisado em 2007) estabelecidos pelo MEC.

Conforme vimos o poder público definiu e regulamentou uma legislação específica para essa modalidade educativa, além disso tem incentivado as instituições de ensino superior na oferta de cursos EAD nas diversas áreas de conhecimento visando garantir o acesso à educação superior às pessoas que vivem em regiões distantes de centros urbanos.

2.3. Sala de aula virtual.

Na Educação Online os espaços chamados de AVA (Ambientes Virtuais de Aprendizagem), agregam uma das características fundamentais da internet: a convergência de mídias, ou seja, a capacidade de hibridizar e permutar num espaço virtual várias mídias. Segundo Silva (2005, p. 199) "O Ambiente Virtual de Aprendizagem deve favorecer a interatividade entendida como participação colaborativa, bidirecionalidade e dialógica e conexão de teias abertas como elos que traçam a trama das relações". Os arranjos espaço/temporais promovido pelas tecnologias digitais fazem do AVA um espaço prático de educar sujeitos geograficamente dispersos como também pode ampliar a prática pedagógica presencial. Sobre a estrutura AVA pode-se dizer que:

> O informata que programa esse ambiente conta, de início, com o fundamento digital, mas para garantir hipertexto e interatividade terá que ser capaz de construir interfaces favoráveis à criação de conexões, interferências, agregações, multiplicidade, usabilidade e integração de várias linguagens (sons, textos, fotografia, vídeo). Terá que garantir a possibilidade de produção conjunta do professor e dos alunos e aí há liberdade de trocas, associações e significações como autoria e coautoria. (SILVA apud SILVA, 2005, p. 199)

Os primeiros Ambientes Virtuais de Aprendizagem apresentavam uma comunicação estudante/conteúdo/professor predominantemente na linguagem escrita. Coll (2010) salienta quanto à necessidade de pesquisa e desenvolvimento no campo da aprendizagem autodirigida em um terreno técnico-pedagógico, uma vez que os requisitos pedagógicos influem de maneira determinante nos tecnológicos. Os AVA têm capacidade de convergir o uso da tecnologia móvel como também desenvolver sistemas tutoriais multiagente baseados em inteligência artificial, sistemas de hipermídia adaptativa e conteúdos educacionais reutilizáveis.

> [...] a cognição digital e a humana passam por um processo de franca evolução na qual, por meio de "realidade virtual", os humanos tentam emular

> nossos processos cognitivos mais complexos, com a esperança de que os computadores ajudem a resolver os graves problemas que cercam nossa existência; mas ao mesmo tempo, essa interação com o mundo virtual influencia nossa maneira de processar a informação e transformar de modo intangível a maneira pela qual pensamos sobre nossa existência. (COLL, 2010, p. 186).

O ambiente virtual carrega no sentido amplo as características do mundo virtual que por sua vez contempla um universo de possibilidades, calculáveis a partir de um modelo digital. "Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas". (LEVY, 1999, p. 75). Para adentrar ao ciberespaço e conectar-se à rede é necessário fazer um login individual, algo como uma identidade, seja ela um avatar , um nick ou mesmo um endereço de e-mail, esse será seu ponto de acesso pelo qual outros usuários também se conectarão a você.

Segundo Rangel (2009, p. 45) num ambiente virtual de ensino-aprendizagem, professor e aluno invertem o protagonismo dentro do cenário educativo. No AVA o aluno é o eixo central de toda a atividade pedagógica e não mais o professor. A educação online requer a aplicação de um modelo pedagógico personalizado, não basta adequar o modelo presencial. As práticas de estudo no ambiente virtual ocorrem através da comunicação interativa, exigindo sujeitos ativos e participativos.

Segundo Santos,

> [...] os ambientes virtuais de aprendizagem envolvem não só um conjunto de interfaces para socialização de informação, de conteúdos de ensino e aprendizagem, mas também, e, sobretudo, as interfaces de comunicação síncronas e assíncronas. (SANTOS, 2009, p. 564).

A interação e a interatividade são dois processos indispensáveis para trabalhar as demandas da comunicação nesse espaço. A evolução das ferramentas e das interfaces possibilitam o desenvolvimento da Educação online, podendo ser organizados links para textos ou páginas da web como arquivos de vídeo aulas e momentos síncronos por meio de chats ou vídeo conferência. Neste sentido esses ambientes da internet com suas múltiplas possibilidades de diálogos podem promover por meio das redes de comunicação a interação entre pessoas de diferentes culturas, ampliando o campo comunicativo sistematizado e organizado, possibilitando a compreensão das diversas realidades, num ambiente de aprendizagem interativa e colaborativa.

O aprendiz ao adentrar o AVA tem como mediadores de sua aprendizagem os professores, as trocas entre seus pares, o material didático que podem ser anexados nos mais diferentes formatos, hipertextos, audiovisuais, podcasts, ou mesmo impresso, enviados ao aprendiz, via correio. No AVA pode-se organizar os estudantes em turmas, tal qual como no ensino presencial. A mediação geralmente é feita por mais de um professor e tutores que auxiliam tanto em dúvidas sobre aspectos técnicos como também em atividades pedagógicas.

CONSIDERAÇÕS FINAIS

Não há dúvidas de que se pode fazer uma Educação na modalidade à Distância em com qualidade. No entanto ela não pode estar submetida aos modelos tradicionais de EAD pois há que se atender às especificidades dessa área, adequando ferramentas e modelos pedagógicos, propondo métodos de avaliação específicos e tendo ainda um corpo docente preparado para essas especificidades do ambiente virtual.

Isso implica investimento em recursos materiais e em pessoal, centros adequados de atuação, laboratórios de informática qualificados, além da reavaliação dos professores, os quais teriam atuação mais intensa e consequentemente maior quota de trabalho e dedicação, ademais de ministrarem múltiplas disciplinas, já que a EAD é uma atividade interdisciplinar e multidisciplinar por natureza.

Seguramente a ação mediadora do docente definirá a qualidade educacional em EAD, Um professor preparado para o ambiente virtual com programas adequados, secretaria altamente organizada e igualmente guarnecida dos recursos tecnológicos contemporâneos apropriados à área, além dos projetos interdisciplinares já disponíveis, poderão favorecer um ensino EAD de alta qualidade na modalidade EAD.

Toda tecnologia moderna estará assim voltada para a aprendizagem, para a interação e para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, Patrícia. A. et al. Competências conceito, elementos e recursos de suporte, mobilização e evolução. In.: BEHAR, Patrícia. A. (Org.). **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 20-41.

BRASIL. Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso e 08 mar. 2019